

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) exigiu à Associação de Beneficiários do Mira e de Corte Brique (ABM) a apresentação de cinco versões de um Plano de Contingência para Situações de Seca (PCSS), tendo rejeitado todas as cinco versões apresentadas. O motivo para essa rejeição é o diferendo entre produtores locais face à exiguidade dos recursos hídricos disponíveis e a pretensão, de alguns deles, de rever as regras de distribuição da água em detrimento do fornecimento a culturas como forragens e pastagens naturais. A DGADR rejeita a proposta de corte de 75% no fornecimento de água a este tipo de culturas porque defende um corte de 100%, um corte total de água!

A DGADR pretende erradicar o uso tradicional da água do aproveitamento hidroagrícola do perímetro de rega do Mira, dando primazia à agricultura intensiva praticada em estufas que, de forma exponencial, se tem instalado na região. Em particular, esta primazia dada pela DGADR aos produtores de pequenos frutos desvaloriza questões ambientais e o equilíbrio dos ecossistemas.

No passado dia 23 de junho, além de rejeitar as cinco versões de PCSS apresentadas pela ABM, a Sra. Ministra da Agricultura indicou, de forma intempestiva e por despacho, a substituição da Direção vigente por uma Comissão Administrativa que integra, entre outros, um dos maiores opositores à política seguida da ABM até agora, Filipe Botton, proprietário da Logofruits, uma empresa produtora de mirtilos que, em meados do mês de junho, já tinha consumido o volume de água que lhe estava atribuído para todo o ano de 2023. Acresce que indica, no despacho divulgado, que Filipe Botton é apresentado como “representante dos beneficiários do Aproveitamento Hidroagrícola do Mira” quando é quem está em conflito com esses mesmos beneficiários. Esta atuação do governo ocorre a apenas meses do final do mandato da atual Direção da ABM e a meio da campanha de rega, colocando como novo dirigente um representante direto dos incumpridores com a política pública de distribuição da água.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o

Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Agricultura e da Alimentação, as seguintes perguntas:

1 - Quais os motivos que levaram à substituição intempestiva da direção da ABM e à sua substituição por uma Comissão Administrativa?

2 - Considera a Sra. Ministra que Filipe Botton, proprietário da Logofruits e conhecido incumpridor das regras de distribuição da água disponível, tem idoneidade para ser nomeado para a Comissão Administrativa enquanto “representante dos beneficiários do Aproveitamento Hidroagrícola do Mira”?

3 - Como explica a Sra. Ministra a total exclusão de determinados produtores do acesso à água do perímetro de rega do Mira, beneficiando as explorações com maior impacto ambiental e mais intensivas em consumo de água?

4 - Que iniciativas tomou o Ministério da Agricultura junto das associações produtores afetados, no sentido de os consultar acerca das suas intenções quanto à revisão das regras de distribuição da água do perímetro de rega do Mira?

Palácio de São Bento, 27 de junho de 2023

Deputado(a)s

PEDRO FILIPE SOARES(BE)